

Objetos não existentes: um pseudoproblema?

RESUMO

Como podemos representar Papai Noel se Papai Noel não existe? Se representar algo envolve ter uma relação com o que é representado, então como estabelecer uma relação constitutiva com uma representação de algo que não existe? Este é famoso problema da "inexistência intencional" em filosofia da mente. Aqui defendemos que este é um pseudoproblema, um erro categorial. Para tanto, baseados na obra de Gilber Ryle, "The Concept of Mind", mostramos que este erro surge quando incluímos objetos "não existentes" na categoria "imaterial", quando na verdade pertencem a categoria dos "objetos abstratos". Afinal, mostramos que caso não pudéssemos suportar uma relação com os "não existentes", nós, os animais humanos, se quer poderíamos conceber tais objetos, mas isto é, obviamente, uma contradição.

Palavras-chave: não existentes; intencionalidade; conceitos; Ryle; representação.

ABSTRACT

How can we represent Santa Claus if Santa Claus does not exist? If representing something involves having a relation to what is represented, then how to establish a constitutive relation with a representation of something that does not exist? This is the famous problem of "intentional non-existence" in philosophy of mind. Here we argue that this is a pseudoproblem, a categorial error. To do so, based on Gilber Ryle's *The Concept of Mind*, we show that this error arises when we include "non-existent" objects in the "immaterial" category, when in fact they belong to the category of "abstract objects." After all, we have shown that if we could not bear a relationship with the "non-existent", we, the human animals, might want to conceive such objects, but this is obviously a contradiction.

Keywords: nonexistent; intentionality; concepts; Ryle; representation.

* Doutorando em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).
Email: marcio.francisco.rodrigues@gmail.com

Introdução

Os objetos não existentes enquanto objetos em filosofia da mente são considerados propriedades que não existem na realidade atual se não enquanto propriedades mentais ficcionais, por exemplo, Super Homem, Duendes, Coelho da Páscoa, etc. O problema de como nós, objetos materiais, podemos pensar, ou seja, nos relacionar, com objetos que não existem, surge com a "teoria dos objetos" proposta pelo filósofo austríaco Alexius Meinong (1853-1920). Meinong estava encafifado com o fato de alguns estados intencionais se dirigirem a objetos que não existem. Afinal, como um aluno de Brentano (1838-1917), respeitava "o princípio da intencionalidade", onde a base dos fenômenos mentais é caracterizada por uma "direção intencional" da mente a um objeto, onde, por exemplo, odiar é sempre odiar alguma coisa, pensar é sempre pensar em algo e assim por diante. De modo que fica difícil explicar como podemos pensar sobre algo sem referência alguma, que não existe materialmente. Afinal, se todo ato intencional é "sobre" alguma coisa, então como nós, animais humanos, por exemplo, podemos imaginar, desejar ou temer coisas que não existem?

Muitos filósofos como Brentano (1874), Prior (1971) e Searle (1983), por exemplo, buscaram solucionar esse "problema dos não existentes" argumentando que esse tipo de intencionalidade não envolve uma relação real, mas abstrata, ficcional, portanto, não seria uma intencionalidade legítima. Assim, pensar sobre objetos não existentes não implicaria em termos de requer a existência de um objeto real, pois isso não passaria de uma relação "como se" (ficcional). Entretanto, o problema ainda segue formulado e causando um intenso debate dentro da filosofia. Russell (1872-1970) apresentou uma famosa dificuldade lógica em "On Denoting" (1905), quando negamos a existência de um dado indivíduo como o Papai Noel. Afinal, como afirmar que a sentença "Papai Noel não existe" é verdadeira, sem se envolver em uma contradição lógica, se apenas frases significativas, ou seja, se apenas frases que se referem podem ser verdadeiras?

Aqui neste trabalho, iremos defender que os objetos não existentes, existem, ou seja, aquilo que não existe é o problema dos não existentes, pois ele não passa de uma confusão categorial, um problema semântico que fazemos ao confundir ontologias diferentes. Alegamos que os chamados objetos não existentes possuem uma realidade e esta realidade advogamos ser uma representação mental. Algo que nossas mentes se referem, se relacionando, por exemplo, quando, nós, animais humanos, pensamos em tais objetos. Assim, a resposta dada por Russel ao problema lógico dos não existentes, se enquadra na concepção oferecida por nós aqui, pois afirmou, sobretudo, que, nós nos relacionamos com proposições e não com objetos imateriais ao representarmos mentalmente os objetos não existentes. Entretanto, nosso problema aqui não envolve um problema lógico, antes, é ontológico.

Se não existentes não são objetos não físicos, imateriais, mas antes, são ficções, fantasiadas e produzidas pela mente humana. Uma vez que seres humanos são objetos concretos, isto é, entidades físicas. A menos que se aceite que a mente é algo radicalmente diferente do corpo como pensou Descartes (1596-1650) e tendo de abraçar a totalidade dos problemas acarretados pelo dualismo

de substâncias, então somos forçados a reconhecer que representações mentais possuem sim uma constituição material inteiramente física como o é o restante do espaço-tempo do mundo natural.

Aqui, para delimitar o problema dos não existentes, iremos usar a apresentação do problema elucidada por Kriegel (2007) através de uma tríade de proposições altamente plausíveis, mas que são incompatíveis uma com a outra:

- A. Se pode pensar em "não existentes".
- B. Não se pode suportar uma relação com os "não existentes".
- C. Pensar em algo envolve (constitutivamente) uma relação com isto que é pensado.

Como nota Kriegel (2007), a afirmação (A) acima é banal: tanto eu quanto você podemos pensar no Papai Noel, mesmo Papai Noel não existindo. A afirmação (B) também é simples, pois só podemos dirigir automóveis e tocar guitarras se existirem automóveis e guitarras. Ninguém nunca dirigiu a vassoura de uma bruxa ou roubou um pote de ouro de um arco-íris. Ao menos não, sem que se tenha usado algum tipo de droga alucinógena ou se esteja sonhando, etc. Afirmar (C) também é bem aceitável porque quando penso em sereias, por exemplo, entro em uma relação com "elas" abstratamente. Ao pensar em sereias estou pensando algo sobre uma fantasia abstrata da minha mente, a saber, imagino mulheres que tem a metade do corpo inferior, formado, por uma barbatana escamosa de peixe. Assim, este artigo fornecer uma resposta simples ao seguinte problema: se o conteúdo mental da intencionalidade representa¹ algo, como é possível este algo representar um objeto "não existente" (imaterial), se animais humanos são seres materiais, ou seja, entidades concretas?

Vamos sugerir uma modesta resposta a este problema alegando que ele se trata, na verdade, de um pseudoproblema. Advogaremos que, quando compreendido de forma correta, tal problema se quer, deveria ser colocado. Até porque se aceitarmos que a mente é uma entidade física, pois este problema como ele comumente é exposto, não passa de um "efeito colateral" do problema mente/corpo, podemos muito bem inferir, assim como pensou Ryle (1900-1976) em seu livro "The Concept of Mind" (1949) há mais de meio século que tudo não passa de uma confusão.

Segundo Tannett (2015), Ryle (1949) mostrou que existe mais de uma forma de descrever os objetos e estados de coisas no mundo e não temos como impor apenas uma descrição a realidade analisada, pois, uma vez que as perspectivas e conhecimentos a respeito dos objetos e estados de coisas no mundo, por vezes, mudam ou se tornam mais detalhados, é no mínimo provável que definições rígidas poderiam acarretar naquilo que ele chamou de "erros categoriais". Tais erros ocorreriam quando aceitamos que determinados objetos pertencentes a uma dada

¹ Muito embora Tye (1995), Searle (1983) e outros autores busquem explicar a intencionalidade em termos de representação mental, aqui não pretendo fazer tal redução, apenas irei chamar a intencionalidade por vezes de representação para evitar confusão com termo "intenção". Isto porque "representação" é um tipo natural que vem do verbo "representar", enquanto a "intencionalidade" é mais abstrata, (o verbo "pretender" é uma intenção) e isto, a depender do contexto, pode tornar demasiadamente confuso o que pretendo dizer.

categoria, por exemplo, são apresentados como se pertencessem a uma categoria diferente daquela que realmente pertencem, ou ainda, tais erros categoriais poderiam surgir quando uma propriedade é atribuída erroneamente a uma entidade que não poderia ter tal propriedade². Assim, para mostrar que um erro categorial foi cometido, Ryle (1949) sugeriu que deveríamos mostrar que quando o fenômeno em questão é entendido de maneira correta, a afirmação feita a respeito desse fenômeno não pode ser verdadeira, pois acarreta em uma contradição (TANNETT, 2015).

Diante desta definição de como se faz a análise de um erro categorial, aqui iremos propor que "não existentes" não pertencem a categoria "imaterial" ou "não-física", antes, os "não existentes" pertencem a categoria de objetos "abstratos". Apresentando em por menor que o problema dos "não existentes" surge de uma confusão categorial que acarreta em uma contradição lógica. Afinal ou animais humanos entram em relações constitutivas com tais objetos abstratos produzidos nas suas próprias mente ou, não existiriam alucinações no mundo, pois algumas alucinações podem ser sobre "não existentes". Agora, uma vez que sabemos que há alucinações no mundo, logo, os "não existentes" não são entidades imateriais, antes, são, como mostraremos neste trabalho, objetos abstratos.

Neste artigo faremos o seguinte: na próxima sessão buscaremos mostrar que o problema dos não existentes da forma como ele é exposto por Kriegel (2007), ao menos, acarreta no aceite de um erro categorial, pois quando se sustenta a afirmação B que "não se pode suportar uma relação com os "não existentes". Disso decorre que, dado o que sabemos da física, que não poderíamos suportar uma relação com os supostos objetos não existentes. Agora, isto ocorre apenas se tais objetos forem considerados como entidades imateriais, o que tentaremos reduzir ao absurdo. Assim, será a partir dessa formulação do problema dos não existentes feita por Kriegel (2007) que, iremos mostrar que os não existentes estão sendo colocados sob a categoria³ errônea na primeira parte deste artigo. Depois, na segunda sessão, após ter apresentado aquilo que advogamos ser um erro categorial, nós procuraremos apresentar qual categoria os objetos "não existentes" pertencem, a saber, a categoria "abstrata" para que, no final deste artigo, possamos lançar um breve resumo sobre as principais articulações deste trabalho.

Os "não existentes": um erro categorial

Nesta sessão estaremos embasados em um suposição simples para mostrar que o problema dos não existentes acarreta num erro categorial, mas para fazer isso, segundo Ryle (1949), precisamos mostrar que os não existentes estão enquadrados em uma categoria que acarreta em uma contradição. Assim, argumentamos aqui a baixo que se podemos conceber tais objetos não existentes, isto

² Baseados em Tannett (2015) podemos exemplificar isto dizendo, por exemplo, que não podemos assumir literalmente que "o tempo voa", pois isto não é apenas falso, mas também um erro categorial.

³ As categorias são entendidas, ao menos desde Aristóteles como uma espécie de lista dos tipos ou gêneros mais amplos de objetos existentes no mundo. De modo que uma lista de categorias ontológicas desse tipo pode ser usada de muitas formas dentro da filosofia. Todavia, oferecer uma lista destas é enfrentar muitíssimos problemas (THOMASSON, 2013).

ocorre porque podemos representá-los. Agora, se podemos representa-los, isto se dá porque podemos sustenta-los constitutivamente em nossas mentes, mas se podemos fazer isto, no mínimo, é porque tanto nossos corpos quanto nossas mentes, são entidades materiais e não imateriais.

Agora vejamos isto em por menor, dado que animais humanos são objetos concretos, ou seja, compostos físicos, materiais, então, os animais humanos não poderiam conceber constitutivamente, ou seja, não poderiam representar os objetos não existentes, caso nós, animais humanos, não pudéssemos suportar uma relação constitutiva com tais entidades, caso contrário, tais entidades seriam representadas magicamente, como que por um milagre (DAMÁSIO, 2011). Assim, se o corpo humano é material, como podemos produzir um pensamento imaterial? Ora, muito embora nossos pensamentos são materiais e podem, por vezes, serem a cerca de coisas imateriais, por exemplo, Deus, fantasmas e dragões, entretanto, pensar a respeito de coisas imateriais não implica que o próprio pensamento seja algo imaterial. Digo isto porque caso nós não pudéssemos sustentar uma relação com tais objetos não existentes, como descreve a alegação B da tríade que apresenta o problema dos não existentes, como explica Krieghel (2007), nós se quer, poderíamos pensá-los. Entretanto, nós podemos pensá-los.

Se o problema dos não existentes é um pseudoproblema, como nós defendemos, então precisamos mostrar, como argumenta Ryle (1949), que este "problema" pressupõe uma contradição ao misturar as categorias dos objetos ou propriedades, alocando-os em categorias erradas⁴. Assim, para isso, mostraremos agora que caso não pudéssemos sustentar uma relação com entidades não existentes, os animais humanos não seriam se quer capazes de alucinar sobre objetos não existentes. Para tanto, é preciso notarmos que o problema dos não existentes como estamos mostrando aqui neste artigo, surge de uma aceitação. Tal aceitação nada mais é do que a afirmação esclarecida por Kriegel (207) na introdução deste artigo: "não podemos sustentar uma relação constitutiva com não existentes". Todavia, sabemos que alucinações podem ser acerca de objetos "não existentes" e para isso, precisam serem suportadas constitutivamente pelos nossos organismos biológicos que são, em última instancia, físicos, caso contrário, tais objetos nem se quer poderiam ser pensados. Digo isto porque se não pudéssemos suportar uma relação, digamos, constitutiva, material, com objetos não existentes, se quer poderíamos ter alucinações. Assim, se não pudéssemos alucinar, uma vez que alucinações são, às vezes, sobre objetos não existentes, se quer poderíamos causar a partir de nossas propriedades físicas corpóreas, tais entidades.

Se nosso corpo é físico, ou seja, uma entidade material, como defendeu Descartes (1641/1996) a muitíssimo tempo a traz e a física contemporânea está certa ao conceber objetos físicos como capazes de se relacionar entre si, então

⁴ O erro categoria é um termo de Ryle (1949) que ficou famoso ao defender que é um erro tratar a mente como um objeto feito de uma substância imaterial, porque as predicções de substância não são significativas para uma coleção de disposições e capacidades comportamentais. Em uma famosa analogia a respeito deste "erro", Ryle (1949) pensou a cerca de um visitante de Oxford para aludir seu termo. Supôs que mesmo quando um visitante visse as faculdades e a biblioteca de Oxford, ainda assim ele poderia perguntar: "onde está a Universidade?" Isto porque o visitante poderia cometer um erro de categoria quando confundisse a Universidade como pertencendo a categoria de "unidades de infraestrutura física", quando na verdade pertence a categoria "instituição", que é bem mais ampla abstrata (TANNETT, 2015).

nosso corpo não poderá estabelecer uma relação com algo que seja radicalmente diferente de sua própria constituição. Assim, dado que não podemos gerar algo imaterial, não físico, (uma fantasma) a partir de nossos corpos e dado que, nós alucinamos, pensamos e imaginamos, etc., entidades que chamamos de objetos não existentes e isto, ocorre através de nossos corpos que são entidades materiais. Isto significa que os objetos não existentes não são entidades imateriais, antes, são propriedades físicas. De modo que a confusão categorial começa com a definição dos "não existentes".

Notemos que em filosofia, geralmente se diz que um objeto não existente é algo que não existe. Alguns exemplos de "não existentes" são: Super Homem, Homem Morcego, a fonte da juventude, duendes, dragões, etc. (JACOB, 2014). Agora note que se Wittgenstein (1961, p.55) estava certo quando deixou exposto claramente que o "o mundo é tudo aquilo que ocorre", ou seja, que é o caso. Uma vez que alucinações ocorrem e podem ser sobre "não existentes", então a categoria dos "não existentes" não é imaterial, porque não existentes dependem constitutivamente de nós, de nosso organismo material, físico, para existirem, pois os "não existentes" são o caso, logo, fazem parte, ao menos, constitutivamente, do mundo físico e material. Isto porque parece intuitivamente plausível que os objetos "não existentes" são instanciados por animais humanos que se relacionam constitutivamente de maneira causal com tais propriedades.

Se Blackburn (1994), Tannett (2015) e, sobretudo Ryle (1949), estão certos em dizer que um erro de categoria é erro semântico ou ontológico, que ocorre quando objetos pertencentes a uma categoria particular nos são apresentadas como se pertencessem a uma categoria diferente, ou ainda, quando uma propriedade é atribuída a uma coisa que não poderia ter tal propriedade. Disto temos que, dado que o problema dos não existentes afirma que não podemos suportar uma relação com os não existentes ao mesmo tempo que sabemos que podemos pensar sobre tais objetos. Agora, para mostrar que o problema dos não existentes comete um erro categorial, precisaremos mostrar que quando entendemos adequadamente o fenômeno dos não existentes, se verá claramente que a atribuição de "imaterial" é dada, de acordo com o problema dos não existentes exposto por Kriegel (2007), ao fenômeno dos objetos não existentes.

O problema dos "não existentes" comete um erro de categoria porque algo imaterial é algo que não existe e algo que não existe, não ocorre (WITTEGENTEIN, 1961). Entretanto, como poderíamos pensar em tais objetos, ou seja, produzi-los, fazer com que "não existentes" ocorressem em nossa mentes, caso eles não suportassem uma relação conosco? Como poderíamos entrar em uma relação constitutiva com propriedades imateriais? Ora, objetos não existentes representam entidades imateriais, mas tais representações que suportam, constituem tais objetos não existentes, são, sobretudo, entidades materiais, físicas, assim como o são os nossos corpos biológicos.

Podemos pensar em imagens mentais que não existem, por exemplo, nós podemos imaginar um cão com asas, mas não há cães com asas. Todavia há a representação abstrata que fazemos desse cão "voador" em nossas mentes, se pensamos sobre isso. De modo que a percepção é uma experiência diferente da introspecção. Na percepção percebemos objetos concretos e na introspecção, objetos abstratos. Representações são uma coisa e aquilo que é experimentado em

nossas representações é outra, bem diferente (SARTRE, 1936; WITTEGENSTEIN, 1961; MCGINN, 2004)⁵.

Alucinações podem, ser o caso de quando percebemos no mundo alguma entidade que não existe. Podemos alucinar dragões ou fadas voando sobre as nossas cabeças, mas embora estes objetos não tenham condições de satisfação eles são produzidos por nossos cérebros (SEARLE, 2006; 2010). Alguém drogado, por exemplo, pode perceber uma fada nua dentro do seu banheiro, mas esta fada nua não está, não propriamente, dentro do banheiro deste drogado, antes, tal fada está na representação que esse drogado faz do seu banheiro. Isto é, uma vez que representações são geradas por nossas mentes, esta fada “pelada” percebida pelo drogado, está na mente dele e não no banheiro. Digo isto porque a afirmação (B) da tríade de apresentação do problema, parece claramente contradiz o que sabemos sobre as relações físicas do mundo, gerando um equívoco ontológico, porque para que haja o problema dos objetos não existentes, se pressupõe que os não existentes pertencem a uma categoria, a saber, a categoria ontológica imaterial e é isto que faz com que seja difícil estabelecermos uma relação constitutiva com tais objetos, caso eles forem, na realidade, entidades imateriais. Todavia, para clarear ainda mais porque isto ocorre, agora mostraremos que os “não existentes” pertencem a categoria ontológica dos conceitos e estes, podem ser vistos como sendo representações mentais que são, sobretudo, abstratas, produzidas pelos organismos que as instanciam.

Os “não existentes” enquanto objetos abstratos

Nestas próximas linhas veremos que os “não existentes” são objetos abstratos, pois se nós somos entidades existentes com propriedades físicas, materiais e podemos concebê-los, muito provavelmente eles pertencem a categoria dos objetos que estão na nossa imaginação.

Aqui buscaremos deixar plausível que se há objetos abstratos, ou seja, generalizações feitas por seres racionais e tais generalizações abstratas podem ser entendidas como representações na mente de um sujeito, então, objetos abstratos são a categoria correta dos objetos não existentes e não a categoria de entidades “imateriais”. De modo que se que podemos pensar em objetos não existentes e eles estão alocados numa categoria errada como vimos na sessão anterior. É bastante intuitivo o porque podemos colocar os não existentes na categoria de objetos abstratos, já que estes parecem poder suportar uma relação com os organismos que os instanciam (MARGOLIS, 2007).

Como alegam Searle (2006; 2010) e Damásio (2011), nós já temos bons motivos para aceitar que nossos corpos que são portadores de um sistema nervoso altamente complexo, são aquilo que pode gerar as abstrações conceituais que fazemos e que, isto se dá, através dos microelementos que constituem o nosso

⁵ Sartre (1962), Wittgenstein (1961) e McGinn (2004), por exemplo, argumentaram que há uma distinção conceitual e fenomenológica entre uma imagem mental e uma percepção propriamente dita. Nossa imaginação, ao contrário de nossa percepção, está sob o controle de nossa vontade. Desde que saibamos o que é perceber um cão, posso escolher imaginar um cão onde e como eu quiser, mas não posso perceber um cão como e a onde eu quiser, a menos que veja um.

organismo (mapas neurais), mesmo que não saibamos em por menor como tais microelementos neurológicos geram nossos pensamentos⁶ e que isto seja muitíssimo difícil de explicar em por menor. Diante disso, é extremamente plausível que os objetos “não existentes” sejam tomados como pertencendo a categoria dos objetos abstratos e não dos objetos “não físicos” ou “imateriais”. Ser abstrato é uma coisa, ser inexistente, não físico é outra. Algo não físico se quer sabemos o que é, pois até o momento, pelo que se sabe em física, só conhecemos este mundo, que é físico e composto por propriedades tidas como naturais. Já um objeto abstrato, por exemplo, é algo mental e não sensível, como palavras, números, sereias e dragões, etc., que, embora seja abstrato e se refira a algo imaterial, enquanto uma representação é algo sustentado constitutivamente por representações que são, constitutivamente entidades físicas e materiais (ROSEN, 2017).

Assim, se objetos não existentes não pertencem a categoria imaterial e são objetos abstratos, isto significa que tais objetos podem ser criados subjetivamente, como afirmam Laurence e Margolis (2014) ao alegar que objetos abstratos podem ser representados, originados, instanciados, ou suportados, por pensamentos dos animais humanos que são capazes de matemática e possuem uma linguagem, enfim, podem ser concebidos por organismos racionais. Inclusive, é por isso que podemos conceber tais objetos não existentes, ou seja, abstratos, pois nossas mentes podem abstrair o geral de casos particulares, do contrário, se quer poderíamos imaginar objetos diferentes do que os objetos concretos (MARGOLIS, 2007).

Diante das premissas que estamos expondo até aqui, podemos dizer que, o problema dos “não existentes”, quando visto dessa forma, como um pseudoproblema, nada mais é do que um efeito colateral do problema mente/corpo, porque, uma vez visualizada a confusão categorial, fica claro que, se nossos pensamentos são constitutivamente materiais, então os não existentes não podem pertencer a categoria de objetos imateriais ou teremos de aceitar a confusão de Descartes (1641/1996), que Ryle (1949) já há muito denunciava⁷ como sendo um “fantasma na máquina”. Objetos não existentes são fantasmas dentro da nossa maquinaria biológica ou são objetos abstratos, ou seja, conceitos, representações mentais instanciadas pelo organismo biológico dos animais humanos?

Supor que os “não existentes” não são materiais é aceitar que eles não ocorrem. Todavia, se não existentes forem vistos como objetos abstratos, então, serão entendidos como representações que ocorrem no espaço-tempo e que, embora nãoatuais, nós podemos suportar uma relação com tais objetos que nada mais são do que puras representações mentais abstratas, como, por exemplo, números. Embora tais objetos não tenham exemplares reais nenhuma no mundo atual, podemos aceitar que são constituídos pelas características basais do organismo que os representa. Embora os “não existentes”, uma vez que são objetos abstratos, são incapazes de existirem na terceira pessoa, como bem nota Laurence

⁶ O hiato explanatório de Levine (1983) se apresenta aqui, mas este não é o foco deste trabalho. Entretanto, cabe notar que se a maquinaria que constitui a imaginação humana é biológica, como afirmar que um produto desta biologia, como as objetos “nãoexistentes” são imateriais?

⁷ Descartes é o fundador do problema mente corpo na modernidade. Acreditava que o corpo era Res Extensa e a mente uma Res Cogitans. A primeira uma coisa material e a segunda algo pensante. Agora, como ambas podem se relacionar entre si? (CHALMERS, 2002)

e Margolis (2014), pois são conceitos abstratos e conceitos abstratos, só existem quando representados, enquanto representações subjetivas, que só existem espaço-temporalmente, ainda assim, suportam uma relação constitutiva com o organismo que instancia tais objetos.

"Não existentes" quando considerados como objetos abstratos, são representações de outras representações mentais, que são criadas pelo intelecto humano racional, pois este intelecto, ou seja, esta cognição mental, uma vez que é algo material, constituída pelos microelementos neurofisiológicos dos animais humanos, são capazes de abstrair uma multiplicidade de um único caso particular como notaram Laurence e Margolis (1999). Assim, quando instanciamos representações concretas do mundo isto ocorre da mesma forma como ocorrem com os conceitos, que nada mais são do que representações abstratas que podemos fazer das percepções atuais, ou seja, frutos da nossa imaginação⁸. Enquanto as representações concretas seriam, por exemplo, as representações que fazemos de objetos que percebemos no mundo atual, composto de objetos concretos e não abstratos.

Stevenson (2003) defende uma posição exatamente como esta que estamos atribuindo as representações abstratas, ou seja, aos objetos não existentes. Sua concepção pode ser facilmente considerada pelo pensamento de uma sereia. Tal pensamento embora represente algo que não exista concretamente, sua representação existe subjetivamente, na mente desse que representa uma mulher-peixe. Até porque, mesmo que tal sereia não seja percebida atualmente, pois é irreal, uma fantasia daquele que representa, ainda assim, a sereia é algo constitutivamente objetivo enquanto uma propriedade da mente do animal humano que pensa nesta sereia que é, composta, pelas características que compõem a mente do animal humano que está entretido com tal objeto abstrato (não existente), como notam, da mesma forma, também, Laurence e Margolis (1999).

Nesta nossa correção do erro de categoria, estamos tirando os "objetos não existentes" da categoria "imaterial" e os passando para a categoria de objetos "abstratos", que são, sobretudo, objetos mentais. Assim, se assumirmos, por exemplo, a teoria representacional da mente (TRM) para isso, podemos esclarecer os conceitos como sendo objetos psicológicos que ocorrem no pensamento de um sistema interno, ou seja, nada mais nada menos, do que aquilo que viemos expondo até aqui, sob a definição de uma "representação mental". Assim, uma vez conceitos abstratos são representações, este tipo de representações abstratas, ou seja, os objetos não existentes, ocorrem e são suportados relacionalmente por aquele sujeito que os instancia tais entidades abstratas (PITT, 2017).

A alteração de categoria que estamos propondo é altamente plausível, uma vez que Rosen (2017), por exemplo, deixa claro que é largamente aceito que todos os objetos que nós representamos mentalmente, podem ser do tipo de representações de objetos abstratos (nãoatuais) ou representações de objetos concretos (atuais). Onde os números e outros objetos da matemática pura são reconhecida-

⁸ Stevenson (2003) possui uma tentativa recente de definir a imaginação e enumera doze das "concepções mais influentes da imaginação" que podem ser encontradas em discussões recentes na "filosofia da Mente, estética, ética, poesia e ... religião". Stevenson entende imaginação como a capacidade de pensar em algo que não é percebido atualmente, mas é espacialmente-temporal real, "até" a capacidade de criar obras de arte que expressam algo profundo sobre o significado da vida, etc.

mente aceitos como objetos abstratos (se é que tais objetos existem), enquanto as rochas, as árvores e os animais humanos são entendidos como objetos concretos⁹. Além disso, Lewis (1986) também estaria de acordo com esta alteração já que notou que há uma longa tradição na psicologia filosófica que entende corretamente a abstração como um processo mental distinto no qual novas ideias ou concepções são formadas considerando vários objetos ou ideias e, excluindo as características que distinguem tais objetos.

Assim, se podemos entender que há conceitos concretos e abstratos, os primeiros atuais e os abstratos espaços-temporais, subjetivos, então, os objetos não existentes, se forem entendidos como objetos abstratos possuem sim, uma relação com os sujeitos que os representam, uma vez que tais objetos não existentes são instanciados por uma mente. Objetos concretos são, por exemplo, percepções, ou seja, nosso conteúdo mental objetivo/concreto, enquanto os objetos abstratos (nãoatuais/não existentes) são propriamente a abstração da multiplicidade que fazemos de um único caso particular a partir do que está armazenado na nossa memória (MARGOLIS, 2007).

Conclusão

Este artigo defendeu a ideia simples de que o problema dos objetos não existentes na filosofia da mente é um erro categorial a partir da aclamada obra de Gilbert Ryle (1949). Vimos que é dito pressuposto a este problema que um objeto não existente é algo que não existe. Assim, tais objetos seriam de acordo com a formulação do problema, objetos que nós não poderíamos suportar uma relação constitutiva legítima, afinal, não existem. Entretanto, assim como Ryle argumentou anteriormente que o problema mente/corpo não passava de uma confusão de categorias. Agora, neste artigo argumentamos que o problema dos não existentes também é um pseudoproblema. Isto porque quando se afirma que nós animais humanos não podemos suportar uma relação constitutiva com os objetos "não existentes" estamos assumindo que tais objetos são imateriais, o que argumentamos exaustivamente ser um erro.

Além disso, mostramos que uma vez que nós animais humanos somos seres materiais, nós não podemos suportar relações constitutivas com objetos imateriais. De forma que, se de fato, nós, os animais humanos não podemos suportar uma relação constitutiva com os "não existentes", isto ocorre porque tais objetos estão definidos como pertencentes a uma categoria errada. Afinal se podemos pensar em "não existentes" e nosso organismo é material, então os não existentes são também objetos constitutivamente materiais. O que acarreta que podemos suportar uma relação com objetos materiais, contrariando a formulação do pseudoproblema dos objetos não existentes em filosofia da mente.

⁹ Como é bem destacado por Hale (1987) não há necessidade de fornecer uma distinção entre os termos abstrato/concreto que seja definitiva, pois a terminologia utilizada quando se faz filosofia se dá por meio de exemplos, mas às vezes não temos uma definição explícita ou elaboração teórica, acarretando num vocabulário que por vezes é vago. Todavia é isto se é isto que queremos evitar aqui, então é inútil fornecer uma única definição porque para nossos fins, pois basta apenas defender que podemos chamar de abstrato aquilo que representamos quando a referência é indeterminada e algo é uma representação concreta quando possuir uma referência determinada.

Por fim, uma vez que alegamos que o problema dos “não existentes” é um erro categorial ao melhor estilo Ryle. Isto significa que nós mostramos qual a categoria ontológica que os “não existentes” pertencem, explicando, sobretudo, como pode ser entendida a categoria ontológica de um objeto abstrato.

Referências bibliográficas

- BLACKBURN, Simon. *The Oxford Dictionary of Philosophy*. Oxford University Press, 1994.
- CHALMERS, David John. *Philosophy of mind: classical and contemporary reading*. Oxford University Press, 2002.
- DAMÁSIO, Antônio R. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.
- HALE, Bob. *Abstract Objects*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- JACOB, Pierre. Intentionality. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2014 Edition), In: ZALTA, Edward N. (Ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/intentionality>> Acesso em: 14 jan. 2017.
- KRIEGEL, Uriah. *Intentional Inexistence And Phenomenal Intentionality*. *Philosophical Perspectives*, 21, Philosophy of Mind, 2007.
- KENJI, Doya; et. al., (Eds). *Bayesian Brain: Probabilistic Approaches to Neural Coding*. The MIT Press, 2007.
- LAURENCE, Eric e MARGOLIS, Stephen. Concepts and Cognitive Science. In: E Margolis & S. Laurence (Ed.). *Concepts: Core Readings*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999, p. 3–81.
- _____. Concepts. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2014 Edition). In: ZALTA, Edward N. (Ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/concepts>> Acesso em: 09 fev. 2016.
- LAYCOCK, Henry. Object. ZALTA, Edward N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2014 Edition). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/object>> Acesso em: 07 fev. 2017.
- LEVINE, J. Materialism and qualia: the explanatory gap. *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 64, p. 354-361, 1983.
- LEWIS, David. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1690/1999.
- MARGOLIS, Eric. The Ontology of Concepts – Abstract Objects or Mental Representations? *NOUS*, v. 41, n.4, p. 561–593, 2007.

- McGINN, Colin. *Mindsight: Image, Dream, Meaning*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2004.
- PITT, David, "Mental Representation", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2017 Edition). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/mental-representation>> Acesso em: 31 maio 2017.
- PRIOR, A. *Objects of Thought*. Geach and A. J. P. Kenny (Eds.). Oxford: Clarendon Press, 1971.
- REICHER, Maria. Nonexistent Objects. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2016 Edition). . Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/nonexistent-objects>> Acesso em: 01 fev. 2016.
- ROSEN, Gideon. Abstract Objects. ZALTA, Edward N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2017 Edition). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/abstract-objects>> Acesso em: 07 fev. 2017.
- RUSSEL, Bertrand. *On Denoting*. Oxford University Press. Mind. New Séries, vol. 14, n 56, p. 479-493, 1905.
- RYLE, Gilbert. 1949. *The concept of mind*. The university Chicago Press: Chicago, 2002.
- SARTRE, Jean Paul. *Transcendence of the Ego*. New York: Noonday Press, 1962.
- _____. *Consciência e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *A redescoberta da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. 1983. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- STEVENSON, L. *Twelve Conceptions of Imagination*. *British Journal of Aesthetics*, v. 43, n.3, p. 238–259, 2003.
- TANNEY, Julia. Gilbert Ryle. ZALTA, Edward N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2015 Edition). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2015/entries/ryle>> Acesso em: 10 jan. 2015.
- THOMASSON, Amie. Categories. ZALTA, Edward N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2016 Edition). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/categories>> Acesso em: 20/01/2017.
- TYE, Michael. *Ten Problems of Consciousness*. Cambridge, MA: Bradford Books/MIT Press, 1995.

Recebido em: 4 de abril 2017

Aprovado em: 6 de junho 2017